

Ideologias partidárias no governo Lula

A percepção do eleitor*

Party ideologies of the Lula government

The voter's perception

*Maurício Michel Rebello***

Resumo: O tema de partidos e ideologia foi alvo de muitas discussões nas ciências sociais ao longo do século 20. Entretanto, novas tipologias partidárias surgidas no final do século poderiam diminuir a ideia de que organizações partidárias estejam embasadas em um forte conteúdo programático. O caso brasileiro é interessante neste sentido, uma vez que a chegada de um governo de esquerda pela primeira vez desde a redemocratização representa uma oportunidade de novas percepções dos eleitores frente ao sistema partidário brasileiro. Neste artigo, analisamos o entendimento das pessoas sobre ideologias e partidos. Utilizamos dados do Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro) 2002, 2006 e 2010 para demonstrar como houve uma mudança sobre a percepção ideológica dos eleitores em relação ao sistema partidário.

Palavras-chave: ideologia; partidos políticos; Eseb; governo Lula

Abstract: The theme of party and ideology has been the subject of much discussion in the social sciences throughout the twentieth century. However, new party types that emerged in the end of the century could reduce the idea that party organizations are grounded in a strong ideology. The Brazilian case is interesting in this sense, as the arrival of a leftist government for the first time since the return to democracy represents an opportunity for new perceptions of voters regarding the party system. This study examines people's understanding of ideologies and parties. We use data from Eseb 2002, 2006 and 2010 to demonstrate how there was an ideological shift on the perception of voters about the party system.

Keywords: ideology; political parties; Eseb; Lula's government

*Agradeço profundamente aos organizadores da edição da Revista Civitas, Rafael Madeira e Gabriela Tarouco e aos pareceristas anônimos, que contribuíram para a melhora do artigo.

**Bacharel em Ciências Sociais pela Ufrgs, mestre e doutorando em Ciência Política pela mesma universidade. Bolsista Capes. <mmrebello@yahoo.com.br>

Introdução

O debate sobre a ideologia e vínculos sociais dos partidos políticos sempre foi muito estimulado na ciência política através de várias perspectivas (Downs, 1999; Lipset e Rokkan, 1967; Manin, 1995). No contexto atual, após o fim da Guerra Fria, é visível uma mudança de eixo no debate e de orientação dos partidos de esquerda, por exemplo. O fim de uma opção socialista real fez com que várias organizações de esquerda possuam um horizonte mais limitado na tomada de decisão quando ocupam governos em todo mundo.

Se na primeira metade do século 20 podíamos observar partidos fortes, com alto enraizamento social, os chamados partidos de massa, o restante do século 20 e início do século 21 foram marcados por um alargamento das bases sociais e um afastamento das organizações em relação à sociedade civil nas democracias contemporâneas. Atualmente, é mais compatível falar em *cath-all parties* ou partidos cartéis (Katz; Mair, 1997).

Se as organizações partidárias são alvos de dúvidas em relação as suas orientações ideológicas é possível que quando estas ocupem governos tenhamos uma noção um pouco melhor de seu conteúdo programático (Manin; Przeworski; Stokes, 2006). Neste caso, governos poderiam sinalizar para o eleitor as ideias e concepções dos partidos que estão no poder, entretanto, muitas vezes estes governos são compostos por coalizões, o que dificulta a clareza de responsabilidade em saber quem é governo, por exemplo (Powell, 2000).

No caso brasileiro, a eleição de um partido de esquerda desde a redemocratização é uma boa tentativa para averiguar em que medida a ideologia partidária pode ser pensada. Em que pese inúmeras perspectivas que podemos adotar neste sentido (Kinzo, 1993; Mainwaring, 2001; Rodrigues, 2002; Ranulfo e Nunes, 2009) acreditamos que um caminho profícuo seja o de analisar a percepção das pessoas no tocante às ideologias partidárias.

Se no governo do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) havia uma sobreposição entre ser de esquerda e ser de oposição, no período de governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) qualquer manifestação do governo petista em ser de esquerda é complexa na medida em que a coalizão mantenedora do governo de Lula engloba várias agremiações de matrizes ideológicas distintas. A opção do presidente da República entre 2003-2010 em compartilhar a equipe de governo com partidos como o PMDB, PP, PL e PTB¹ poderia acarretar em uma mudança de percepção ideológica entre os eleitores.

¹ PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PP: Partido Progressista; PL: Partido Liberal; PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

Neste sentido, buscaremos averiguar em que medida houve uma mudança de percepção sobre as legendas durante o governo Lula. Será que apesar de grandes diferenças em termos de coalizão governista, o entendimento sobre ideologias continuou o mesmo? Será que a própria autotransclassificação dos eleitores dos principais partidos políticos ficou imóvel? Este artigo está dividido em cinco partes. Na primeira, realizaremos uma breve discussão sobre partidos políticos e ideologia, resgatando também algumas visões sobre o sistema partidário brasileiro. Logo após, discutiremos os procedimentos metodológicos utilizados. Em seguida, faremos uma breve análise do contexto partidário entre 2002 a 2010. Na quarta parte, faremos a análise dos dados. Por último, lançamos mão de algumas conclusões.

Partidos e ideologia

Ideologia é uma das palavras de mais difícil definição no campo das ciências sociais devido a uma ampla gama de significados. Apesar de existirem diversas maneiras em definir o conceito, nos parece adequada a separação em que Bobbio distingue o significado “fraco” e “forte” de ideologia. No significado fraco ideologia designa espécies de sistemas de crenças ou valores. Já no significado forte, que remonta à teoria de classes de Marx, o significado de ideologia está associada a uma falsa consciência das relações de domínio de classe (Stopinno, 1986).

No caso deste artigo, bem como a predominância contemporânea na ciência política, compreendemos a ideologia pelo seu sentido mais fraco, que é mais amplo. De certa maneira, ideologia pode ser interpretada pelo seu oposto: o pragmatismo político. Aquele cidadão que segue uma crença, muitas vezes de maneira passional e dogmática é visto como o ideológico. Aquele no qual se movimenta politicamente sem qualquer vínculo com algum conjunto de valores é o não ideológico. O debate sobre o declínio das ideologias já era discutido nos anos 1960 por autores como Aron e Lipset e que atualmente culmina com autores como Fukuyama. Portanto, neste trabalho definimos a ideologia como um sistema de crenças, na qual a ideologia é norteadora de ações e define as decisões dos atores. Entre tais definições, uma em particular é destaque aqui, a vinculação de um indivíduo com alguma organização partidária.

Partidos políticos têm exercido um grande fascínio a um enorme contingente de cientistas políticos há mais de século. A sua onipresença, percebida em função da sua existência em inúmeros países (até mesmo em regimes não competitivos), está relacionada ao seu valor instrumental dentro do sistema político (LaPalombara, 2007). Além de mobilizar, agremiações

canalizam interesses, conflitos, enfim, servem como estruturas de apoio ao sistema político.

A origem do termo partido político, deriva, etimologicamente, de “parte”, e isto não por acaso, afinal, ele é compreendido como “agente de conflito e instrumento de integração”, resumo muito bem empreendido por Lipset e Rokkan (1967, p. 164). A realidade estudada pelos autores das clivagens sociais expressa um contexto único. A partir do paradigma parsoniano de intercâmbio social, Lipset e Rokkan focalizam seu estudo na construção de quatro clivagens sociais derivadas de duas revoluções: a nacional e a industrial. As quatro clivagens percebidas: trabalhadores x patrões, igreja x governo, setor primário x setor secundário e cultura dominada x cultura dominante são responsáveis pela estruturação do sistema partidário dos países europeus após o alargamento do sufrágio; estas clivagens expressaram-se de modo marcadamente distinto em cada país, variando em termos de intensidade de conflito.

A maneira pela qual determinada clivagem social estrutura-se no sistema partidário é um desafio para a ciência política. Nem todo conflito social entre grupos rivais são canalizados para o sistema partidário como atesta Bartolini (2000). Segundo o autor, o conceito de clivagem social é um tanto quanto ambíguo, e tem sido usado para expressar todos os tipos de divisões e conflitos.

Para resolver este problema conceitual, Bartolini opta por incorporar três dimensões para identificar a presença de uma clivagem: o aspecto sócio-estrutural; o aspecto de identidade social; e o elemento organizacional comportamental. De uma forma genérica, Bartolini (2000, p. 18) compreende que clivagem deve ser considerada primeiramente como “uma forma de enclausuramento de relações sociais”. No entanto, devemos prestar atenção no entendimento de que a clivagem *social* é anterior, ela expressa uma configuração na estratificação social e somente depois há uma canalização para uma clivagem *política*. Assim sendo, Bartolini, da mesma forma que Lipset e Rokkan, entendem que o surgimento de uma clivagem social é anterior à configuração da mesma dentro do sistema político.

O cenário apresentado pelos autores das clivagens sociais é propício para o aparecimento de um tipo partidário que continua sendo o mais “clássico” da ciência política: os partidos de massa (Duverger, 1970). Este tipo de organização é caracterizado pelo forte vínculo de identidade entre os eleitores e as legendas. O voto, neste contexto, é partidário, pessoas votam por se identificarem com a ideologia do partido, ou por sua composição social. Muitos dos autores que retrataram este período observam que a origem destas agremiações ocorreu em função da mobilização da classe trabalhadora. As principais fontes de

recursos advinham da base eleitoral que contribuía financeiramente com o partido político. A percepção de que as organizações partidárias servem como pontes de ligação entre a sociedade civil e o Estado traduz perfeitamente a importância desta organização na articulação do sistema político (Katz; Mair, 1997).

Em um contexto mais atual, as agremiações são percebidas de forma marcadamente distinta. Além dos clássicos partidos de massa, existem inúmeras nomenclaturas para outras “espécies” de organizações partidárias. Provavelmente, a classificação partidária mais comum após os partidos de massa, foram os chamados partidos *catch-all*. O termo, consagrado por Kirchheimer (1966), retrata um partido distinto daquelas organizações de massa. As organizações *catch-all* recrutam pessoas das mais diversas bases sociais e, neste contexto, o forte vínculo partidário desaparece. A partir do surgimento da TV, e sua popularização, os candidatos apresentam-se diretamente aos eleitores, diminuindo a importância da intermediação partidária. As taxas de volatilidade eleitoral tornam-se mais altas, pois, se antes as pessoas votavam identificadas com a cor de um partido, neste outro momento, elas votam através de uma escolha mais personalizada (Manin, 1995).

Dialogando com Kirchheimer, Panebianco (2005) entende que toda análise do autor alemão contém um elemento central que está implícito na obra sobre o *catch-all*: a profissionalização dos partidos políticos. Assim sendo, Panebianco cria o termo partido profissional-eleitoral. Uma observação importante é que Panebianco compreende que qualquer modelo partidário refere-se a um tipo ideal, seja o partido de quadros, seja o de massas, ou até mesmo, o profissional-eleitoral, sempre existem características dos modelos que se combinam em organizações de carne e osso. Todavia, certos elementos podem ser distinguíveis quando as agremiações são analisadas na vida real.

Desta forma, o autor indica certas diferenças entre o modelo burocrático de massa e o profissional eleitoral. Tais diferenças não são inéditas, uma vez que são muito próximas ao que Kirchheimer havia diagnosticado: a) centralização nos profissionais e não mais na burocracia; b) partidos com ligações organizativas mais fracas e perda de um eleitorado fiel para um de opinião; c) a escolha de dirigentes é mais personalizada; d) financiamento eleitoral através de grupos de interesse ao invés do militante; e) ênfase na liderança e na centralização de carreiristas, pessoas mais preocupadas em receber incentivos seletivos (status, carreira, dinheiro) do que incentivos coletivos (identidades e ideologias) como os crentes, que formavam o núcleo do partido burocrático de massa.

Além das agremiações *catch-all* ou profissionais-eleitorais, outras classificações têm sido dadas aos partidos como os partidos cartéis de Katz e Mair (1997). Portanto, é clara a ausência de características de organizações de massa em várias poliarquias contemporâneas. Desse modo, sozinhas, organizações e ideologias partidárias não mais representam claras referências para o eleitor. Todavia, partidos integram governos, que por sua vez são excelentes fontes de informação, assim sendo, não há uma perda completa em termos de referência. Eleitores não perdem a capacidade de avaliação sobre tais instituições, até mesmo porque organizações partidárias se aproximam ou se distanciam de governos que são boas fontes de informação para o “julgamento” retrospectivo eleitoral (Manin; Przeworski; Stokes, 2006).

Em linhas gerais, partidos políticos formam vínculos sociais a partir de dois eixos principais: eles constroem vínculos porque representam grupos e porque formam governos. Partidos criam identidades, rótulos e marcas que possibilitam uma economia no custo de informação. Denominações como conservadores, liberais, democratas, republicanos, trabalhistas, verdes, comunistas, socialistas, progressistas proporcionam ao eleitorado um atalho informacional, no qual o eleitor não necessita estar sempre buscando informação (Downs, 1999).

No caso brasileiro, inúmeros fatores como a descontinuidade do sistema partidário, a complexidade de formação das organizações partidárias em função da sua própria fraqueza institucional, o sistema eleitoral e também o papel dominante do Estado na formatação de interesses (Meneguello, 1998) inibiram o desenvolvimento partidário a ponto de constituir algum enraizamento social mais nítido.

O fraco vínculo social dos partidos políticos brasileiros tem entre suas causas o forte descolamento histórico entre o período caracterizado como democracia de partido e o período de incipiente institucionalização partidária que começa efetivamente a partir de 1945. Diferentemente de outros países, o Brasil nunca teve uma grande continuidade nos seus sistemas partidários. Desde os Liberais e os Conservadores no período pré-republicano, o Brasil teve sete configurações partidárias distintas. Assim sendo, não é difícil entender o motivo pelo qual o Brasil é visto como um caso notório de subdesenvolvimento partidário (Lamounier; Meneguello, 1986; Kinzo, 1993; 2001).

As organizações partidárias brasileiras mais relevantes quase sempre estiveram relacionadas ao Estado brasileiro e as elites conservadoras ali alojadas. A gênese destas organizações ocorreu “de cima para baixo” na maioria das vezes (Mainwaring, 2001). No período da redemocratização,

apenas o PT (Partido dos Trabalhadores), entre as agremiações relevantes, é citado como partido nascido externamente. Criado a partir do movimento sindical independente, de setores progressistas da igreja católica, de grande parte da esquerda intelectual e do movimento estudantil, o PT resguardava características de organização de massa (Kinzo, 1993). Entretanto, com o tempo, a legenda começou a aumentar de tamanho e a realizar coligações cada vez mais heterogêneas (Krause; Godoi, 2010), diminuindo, assim, as possibilidades de uma maior nitidez de seu conteúdo programático.

Os principais partidos conservadores no Brasil (DEM², PP, PTB, PR³) praticamente não obtiveram nenhuma penetração social mais enraizada. De forma distinta de organizações de centro e de esquerda (que por vezes apresentam taxas de identificação partidária razoáveis), estes partidos possuem uma baixíssima identificação partidária (Mainwaring; Meneguello; Power, 2000). Geralmente, a única “clivagem” percebida entre os partidos de direita é a sua maior penetração em municípios rurais, pequenos ou regiões com baixa qualidade de vida (Avelar e Walter, 2008). Entretanto, a relação de causalidade é de “cima para baixo”, onde as organizações do bloco ideológico de direita utilizam recursos clientelísticos para conseguir os votos destes lugares, “os eleitores conservadores no Brasil nunca criaram um importante partido a partir de bases sociais, tampouco os partidos conservadores estabeleceram uma organização estruturada sobre uma base mobilizada” (Mainwaring et al, 2000, p. 61).

O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), ao longo do regime militar, apesar de ter sido uma organização que obtinha votos entre os eleitores de cidades urbanizadas e industrializadas, sempre manteve um discurso genérico e amplo, o que pode ser explicado pelo seu caráter plebiscitário que expressava o descontentamento com o governo e o regime (Kinzo, 1993). Além disso, depois da reorganização partidária pós-1979, o agora PMDB mudou grande parte de sua base eleitoral. Um exemplo é que durante o período bipartidário, no Estado de São Paulo, o então MDB sempre teve uma associação negativa entre municípios com PEA agrícola forte, já em 1986 a associação torna-se positiva (Sadek, 1986 apud Kinzo, 1993). O outro partido de centro, o PSDB, surge em função de sua posição contrária ao conteúdo programático do PMDB e, apesar de ter a social-democracia como uma de suas bandeiras, não atinge uma base social clara.

² DEM: Democratas.

³ PR: Partido Progressista.

Outro partido de esquerda relevante nas últimas décadas, o PDT (Partido Democrático Trabalhista), sempre esteve muito ligado à figura de seu ex-principal líder, Leonel Brizola. Embora a organização partidária seja classificada como de esquerda na maioria das vezes, desde o início o PDT não teve uma clivagem social clara e não conseguiu herdar a base social trabalhista do PTB de 1945-64. Além disso, é notável a presença de alianças pedetistas em vários pontos do espectro ideológico. O PDT é tão inconsistente programaticamente que 89% dos deputados federais que saíram do partido entre 1998 a 2002 foram para legendas situadas à direita (Melo, 2004).

O vínculo social fraco das instituições partidárias pode ser demonstrado através da alta volatilidade eleitoral brasileira. Apesar de haver alguma estabilidade do índice de volatilidade eleitoral (Peres, 2002), que mede a estabilização do voto do eleitorado para determinado cargo em duas eleições subsequentes, é notável que em termos comparativos, mesmo entre países de democracia recente, ele é muito alto (Kinzo, 2005). A identificação partidária, que atualmente gira em torno de 40%, pode ser mais fraca quando averiguamos que somente uma pequena parte das pessoas com esta identificação vota no mesmo partido para todos os cargos eletivos (Nicolau, 2006).

O pouco vínculo partidário-eleitoral também ocorre em função do pouco conhecimento, entre os eleitores, sobre o sistema partidário brasileiro. Em pesquisa realizada na região metropolitana de São Paulo, Kinzo (2005) mostra o baixíssimo nível de informação sobre as legendas. É digno de nota, por exemplo, que o PSDB, partido do então presidente Fernando Henrique Cardoso, era lembrado, por somente 40% das pessoas entrevistadas nesta pesquisa.

Em suma, por uma série de fatores, o enraizamento social das organizações partidárias é frágil no caso brasileiro.⁴ A eleição de Lula, em 2002, alterou a correlação de forças partidárias que faziam parte do governo anterior. Neste sentido, percepções públicas sobre as legendas podem ter sido alteradas, os sentimentos partidários que estavam altamente correlacionados na clivagem oposição X governo modificaram-se a tal ponto que os partidos políticos não estão sendo mais diferenciados (Paiva; Braga; Pimentel, 2007). É dentro desta perspectiva, que entendemos ser profícua uma análise mais apurada sobre a percepção das pessoas sobre os partidos políticos e suas ideologias no Brasil. Será que, realmente, houve mudanças significativas? Procuramos

⁴ Isto não implica em dizer que os partidos políticos são fracos em nível de governo ou ao nível legislativo (Pereira e Mueller, 2003).

estabelecer relação sobre como a nova coalizão governista pode ter contribuído para uma mudança do pensamento dos eleitores sobre as organizações partidárias.

Desenho da pesquisa

Para abordarmos a percepção eleitoral sobre o sistema partidário uma das melhores opções é o survey. Para tanto, utilizaremos o Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002, 2006 e 2010. Todos foram comandados pelo instituto Cesop (Centro de Estudos de Opinião) da Unicamp. O uso destas três ondas permite mapear alterações sobre o pensamento, sentimento e voto dos eleitores, sendo, neste sentido, o melhor instrumento disponível para os objetivos deste trabalho. Utilizamos, neste artigo, um complemento de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para reconhecer a legenda dos votos para deputado federal nas ondas de 2002 e 2006, assim, estes bancos de dados possuem mais variáveis que o banco do Eseb.

O Eseb 2002 é um survey pós-eleitoral que realizou 2.513 entrevistas domiciliares com eleitores em todo o Brasil entre outubro a dezembro de 2002. A amostra nacional de 2.513 entrevistas domiciliares é probabilística e representativa da população brasileira adulta (a partir de 16 anos). Este survey tem uma margem de erro de 3% e um intervalo de confiança de 95%.

O Eseb 2006 foi realizado no final de 2006, após as eleições. A amostra nacional de 1000 entrevistas domiciliares é representativa da população brasileira adulta. Este survey tem uma margem de erro aproximada de 3,2% e um intervalo de confiança de 95%.

O Eseb 2010 foi realizado em novembro de 2010, após as eleições. A amostra nacional de 2000 entrevistas domiciliares é representativa da população brasileira adulta. Todas as ondas possibilitaram um conjunto de estudos dentro da ciência política brasileira, sendo utilizadas por diversos autores (Carreirão, 2007; Baquero, 2007; Kerbauy, 2004; Paiva et al., 2007; Paiva e Tarouco, 2011; Veiga, 2011).

O contexto partidário-eleitoral em 2002, 2006 e 2010.

Antes de começarmos a análise, realizaremos uma breve discussão sobre o contexto eleitoral de 2002 e os mandatos do governo Lula. A eleição vitoriosa de Lula, em 2002, significou, tanto pela sua imagem de líder sindical, como a de seu partido, o PT, a primeira oportunidade de o Brasil ter um líder de esquerda como presidente desde a primeira experiência pluripartidária anterior a 1964. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB, bem avaliado no primeiro mandato (1995-1998), não conseguiu manter o mesmo

nível de aprovação no segundo governo (1999-2002), mantendo-se quase sempre com uma avaliação positiva inferior à avaliação negativa.⁵

No primeiro governo FHC, a coalizão de governo era formada basicamente por PSDB, PFL,⁶ PMDB, PTB e PPB⁷ (Amorim Neto, 2007). No segundo governo, com pequenas variações, todos estes partidos formavam a base do governo. Neste sentido, a coalizão era visivelmente de centro-direita,⁸ o que contribui para as chamadas reformas de Estado do governo FHC, que tem como seu maior símbolo as privatizações. Do lado contrário, a oposição formada basicamente por PT, PDT, PSB⁹ e PC do B¹⁰ unia todo o espectro ideológico da esquerda. Esta oposição teve uma forte contraposição a nível discursivo, e também com manobras regimentais no Congresso, das opções programáticas de FHC, em uma clara manifestação de *status quo* no que tange às privatizações (Moritz, 2006).

A eleição do presidente Lula em 2002 não significou, ao nível Legislativo, uma grande vitória da esquerda. Pelo contrário, na Câmara dos Deputados as bancadas de esquerda não chegavam a 30% e no Senado, nem mesmo a 20%. São perceptíveis aqui os problemas que Lula iria vir a enfrentar. No primeiro semestre de governo, o único partido governista grande na Câmara dos Deputados era o PT, no Senado a situação era muito pior, na qual os partidos governistas não chegavam sequer a um terço da casa. Foi neste contexto, que o PMDB teve de ser chamado para compor o bloco de apoio ao governo, obtendo duas pastas ministeriais (Amorim Neto, 2007). Além do PMDB, o PP veio compor mais tardiamente o governo, mas o PDT e o PPS¹¹ logo saíram do governo e formaram, juntamente com o DEM e o PSDB, oposição ao governo petista.

Após as reconfigurações partidárias, é nítida a opção de Lula em formar uma aliança majoritária para dispensar uma negociação com a oposição. No final do ano de 2003, Lula já dispunha de cerca de 60% da Câmara dos Deputados (Santos, 2006). Além de incorporar novos partidos, foi visível a grande migração interpartidária que favoreceu o crescimento das bancadas que apoiavam o Executivo (Rebello, 2008). Desse modo, entre as nomeações de

⁵ Série histórica do Instituto Datafolha. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=21>. Acesso 25/10/2010.

⁶ PFL: Partido da Frente Liberal.

⁷ PPB: Partido Popular Brasileiro.

⁸ Neste trabalho os partidos foram classificados conforme bibliografia corrente (Marengo, 2001; Rodrigues, 2002). *Direita*: DEM (PFL), PP (PPB), PR (PRONA + PL) e PTB. *Centro*: PMDB e PSDB. *Esquerda*: PT, PDT e PSB e PC do B.

⁹ PSB: Partido Socialista Brasileiro.

¹⁰ PCdo B: Partido Comunista do Brasil.

¹¹ PPS: Partido Popular Socialista.

ministérios e outros cargos de menor escalão a coalizão do primeiro governo Lula teve como principais partidos na maior parte do governo:¹² PT, PMDB, PP, PL, PTB, PSB e PC do B. Uma observação a ser feita é que a coligação presidencial vitoriosa já englobava o PL, que tinha a vice-presidência na chapa. A inclusão deste partido sinalizou, por parte do PT, que a vitória de Lula não significaria uma guinada excessivamente à esquerda, radical, mas sim um governo de união, como era o famoso slogan de campanha “Lula, paz e amor”.

A agregação de novas legendas no primeiro governo Lula trouxe claros conflitos entre o governo e o PT. Lula não conseguiu negociar com todas as alas do partido a ponto destas abdicarem de estarem presentes na máquina administrativa. No governo FHC, por exemplo, a taxa de proporcionalidade entre ministérios e Câmara dos Deputados (compatibilidade de tamanho entre o número de congressistas de um partido com o número de ministérios ocupados por este partido) era muito mais alta do que no governo Lula. Houve uma concentração excessiva, por parte do PT, dos ministérios, na qual a legenda chegou a concentrar 60% (Amorim Neto, 2007). Desta maneira, pode-se dizer que o presidente não fez um governo inicial no sentido de um presidencialismo de coalizão formal (Hunter, 2007; Pereira; Power; Raile, 2009).

Todas estas escolhas de composição governamental culminaram com uma mudança da posição ideológica da coalizão de governo. Ao utilizar um survey aplicado aos deputados federais dos principais partidos, Ranulfo e Nunes (2009) demonstram, através de classificação dos próprios parlamentares, como a ideologia das organizações partidárias corresponde, em boa medida, a classificação usual da ciência política. Após realizar as ponderações necessárias, os autores mostram como a coalizão do governo Lula no primeiro mandato, encontra-se, essencialmente, no centro.

Esta inclusão de atores ao centro (PMDB) e à direita do governo Lula (PL, PTB, PP) contribuiu para modificar o sentimento partidário no país. Em primeiro lugar houve uma queda da identificação partidária, favorecida pela imagem negativa dos escândalos de corrupção ocorridos no período de 2003-2007 e também, pelo PT, que ao aliar-se com antigos adversários, teve sua congruência ideológica dirimida, e foi a legenda que mais perdeu simpatizantes (Paiva et al., 2007). A diferenciação entre as legendas ficou mais escassa. Na associação das imagens partidárias, na eleição de 2002, havia uma nítida separação entre governo (PSDB, PFL, PTB e PMDB) e oposição (PT e PDT), por exemplo. Já em 2006, após o primeiro governo Lula, esta diferenciação

¹² A partir de janeiro de 2004 (Amorim Neto, 2007).

diminui drasticamente e o PT diferenciou-se muito mais em função da sua ligação com a imagem pessoal de Lula (Paiva et al., 2007).

No segundo governo Lula houve poucas mudanças em relação à base de sustentação do governo. Na verdade, a única alteração relevante em termos de posicionamento partidário foi a do PDT. Parceiro de oposição no governo FHC e tendo rompido com o governo em 2003, a legenda volta a ser base de sustentação do governo e assim permanece até o final do segundo mandato.

Em 2010 houve certa retomada da identificação partidária, voltando a um patamar próximo da eleição de 2002. Além disso, entre os identificados com algum partido houve uma mudança em relação ao bloco ideológico, com perdas de eleitores na esquerda, centro-esquerda e centro e aumento de eleitores na centro-direita e direita. No caso dos petistas, apesar de um crescimento de eleitores identificados com o partido entre 2006-2010, não houve retorno de um eleitor mais vinculado à esquerda, ao contrário, o nicho à esquerda diminuiu ainda mais do que em 2006 (Veiga, 2011). Neste sentido, podemos nos perguntar até que ponto o PT ainda é considerado um partido de esquerda pelo eleitorado?

Análise dos dados

A alteração da composição partidária entre os governos FHC e Lula poderia mudar a percepção pública sobre a classificação ideológica das legendas. Como já salientado anteriormente, nos oito anos de governo FHC, a coalizão era formada por organizações classificadas na literatura como pertencendo ao campo de centro-direita. Aliado a isso, a oposição promovia um forte contraponto ao governo e suas reformas de Estado (Moritz, 2006), fortalecendo uma sobreposição entre ser esquerda e ser de oposição. Já no governo Lula, pelo contrário, a aliança de governo englobava todos os blocos ideológicos, elevando à condição de centro à coalizão (Ranulfo; Nunes, 2009). A oposição, por seu turno, também possuía organizações de blocos ideológicos distintos: na direita (PFL), no centro (PSDB) e na esquerda (PDT), pelo menos, no primeiro governo.

As tabelas a seguir verificam em que medida houve uma mudança de percepção eleitoral sobre a ideologia dos principais partidos em 2002: PT, PSDB, PFL e PMDB. Aqui, não importa saber se os entrevistados acertaram a classificação ideológica destes quatro atores; importa sim, conhecer a mudança de pensamento de todos os entrevistados. Nas ondas do Eseb, foi pedido aos entrevistados que apontassem em uma escala de zero (extrema esquerda) a dez (extrema direita) onde se localizavam as principais instituições partidárias. A fim de facilitar a visualização, realizamos a média de respostas para quem

apontou os partidos na escala, mostrando, deste modo, o ponto médio destes partidos, segundo os entrevistados, entre 2002 a 2010.

Tabela 1. Classificação ideológica do PT, PSDB, PFL e PMDB entre 2002, 2006 e 2010

Partidos políticos	2002	2006	2010
	Média entre 0 a 10	Média entre 0 a 10	Média entre 0 a 10
PT	3,35 n 1941	4,04 n 604	4,62 n 1175
PSDB	6,26 n 1705	5,77 n 560	5,88 n 1094
PFL	6,26 n 1686	5,48 n 538	5,15 n 823
PMDB	6,16 n 1792	5,72 n 552	6,19 n 1054

Fonte: Eseb 2002, 2006 e 2010.

Na Tabela 1 é notável a aproximação de todos os partidos em relação a sua ideologia.¹³ Houve um claro movimento centrípeto, segundo os eleitores, do sistema partidário brasileiro. O PT, em 2002, tinha uma clara posição de esquerda dentro do espectro ideológico. Seu discurso e posicionamento frente ao governo FHC contribuíram para isso (Moritz, 2006). Em 2006, depois da aplicação de várias políticas do governo Lula, o partido deu uma considerável guinada ao centro, segundo os entrevistados. Em 2010 houve novo afastamento da esquerda, deste modo, podemos inferir que existe uma tendência de que a percepção eleitoral aponta para um encaminhamento do PT ao centro. Na própria identificação partidária estudos demonstravam como houve certo afastamento de eleitores que se consideram de esquerda em relação à identificação com o PT (Veiga, 2011). De qualquer maneira, no período entre 2002-2010 a percepção pública aponta, em média, o PT como pertencendo a uma posição de centro-esquerda.

O PSDB, em 2002, não obtinha uma correspondência entre a classificação usual da ciência política (organização de centro) e a percepção das pessoas (direita). Muito provavelmente em função das privatizações do governo FHC e

¹³ Não existe um número médio correto para analisar a classificação das pessoas. Neste artigo, para apontar os três blocos ideológicos optamos por classificar da seguinte forma: entre 0 a 3,99 esquerda; entre 4 a 6 centro; entre 6,01 a 10 direita.

o apontamento, por parte da oposição, do governo ser de direita, ou, em termos mais difusos: um governo de “políticas neoliberais”. Em 2006, com a oposição ao governo Lula, o eleitor médio entende que a legenda se situa no campo do centro, embora com certa proximidade com o campo da direita. Já em 2010, há pouca diferença em relação a 2006. Entretanto, parece cada vez mais claro que o PSDB, embora tenha a social-democracia no nome, não consegue aproximar-se de um discurso mais à esquerda. A maioria do eleitorado ainda percebe uma razoável diferença entre PSDB e PT em termos ideológicos, mas a cada eleição que passa esta diferença vem diminuindo como demonstra a aproximação das médias em 2002 a 2010.

O PFL foi a instituição que em 2002, juntamente com o PT, obteve correspondência entre a classificação ideológica da literatura e das pessoas, ou seja, uma organização de direita. Em 2006, ocorre uma guinada forte ao centro, indicando certa perda de clareza ideológica das pessoas sobre a legenda. Em 2010, a tendência de ir ao centro continua, deste modo, a mudança de nome em 2007 pode ter tido reflexo na percepção das pessoas sobre quem são os democratas. Embora não tenhamos meios para corroborar com nosso pensamento, ao que tudo indica, o PFL, atual DEM, não se mostrou capaz de ser um partido de oposição com um discurso à direita mais sistematizado. Não há, em nosso entender, uma oposição com um discurso claro à direita que afrente as políticas do governo Lula. Até mesmo em função do próprio temor em opor-se a um presidente com bons índices de popularidade.¹⁴

A classificação ideológica eleitoral do PMDB tem um elemento interessante. Enquanto principais aliados de FHC em 2002, a legenda era considerada como pertencendo ao campo da direita, embora menos do que PSDB e PFL. Esta classificação não correspondia a uma classificação usual da ciência política, que o considerava como pertencendo ao centro (Rodrigues, 2002). Já em 2006, o PMDB volta ao centro do espectro político, mas ainda está muito mais próximo da direita do que da esquerda, segundo os eleitores. Poderíamos indicar a ligação com o governo o Lula como sendo a conexão que trouxe o PMDB mais ao centro, entretanto, tal ligação não foi capaz de evitar que o PMDB fosse considerado o principal partido mais à direita do espectro político em 2010. É instigante pensar que ser base de governo no período Lula aproximou os dois principais partidos para a direita do espectro ideológico entre 2002 e 2010, embora a média de percepção do PMDB permaneceu praticamente estável em 2002 e 2010.

¹⁴ O índice de avaliação do governo Lula na véspera da eleição de 2006 atingia 47% de ótimo ou bom. Já em 2010 girava em torno de 75% (Datafolha).

A Tabela 1 demonstra, acima de tudo, a aproximação das legendas em termos ideológicos para a população entrevistada. Neste sentido, o ponto médio da coalizão do governo Lula, que segundo a própria classificação dos deputados se encontra no centro (Ranulfo; Nunes, 2009), contribuiu para que houvesse esta percepção ideológica distinta dos partidos políticos. Como dissemos anteriormente, as organizações partidárias sempre tiveram forte descontinuidade partidária no Brasil, carecendo de um vínculo social mais expressivo (Meneguello, 1998). Desse modo, elas dependem da sua relação com governos para formar identidades programáticas, seja estando no Poder Executivo e garantindo os benefícios que acompanham os cargos, seja se opondo a ele.

O PT e o PMDB, ainda que partam de blocos ideológicos distintos em 2002, aproximam-se em 2006, mas não tanto em 2010, e ambos são legendas de sustentação de um mesmo governo. O PSDB, que esteve vinculado mais à direita na eleição de 2002 com o governo FHC, aproxima-se do centro em 2006 e afasta-se um pouco em 2010. A classificação do PFL, como estando mais ao centro do que o próprio PMDB e PSDB em 2006 e 2010 indica certa perda de clareza ideológica por parte dos eleitores, talvez, como dissemos anteriormente, por não se constituir como uma clara alternativa ao conteúdo programático da esquerda (pelo menos não ao nível discursivo para o eleitor médio).

A aproximação da percepção da ideologia das legendas e a falta de clareza em identificar a ideologia do PFL, atual DEM, poderia ser um sintoma de algo maior: a falha da ideologia como elemento norteador das legendas. Esta perda de identidade ideológica, diagnosticada por Kirchheimer na década de 1960 e reforçada por Panebianco (2005) e Katz e Mair (1997) posteriormente, talvez pudesse ser a responsável por uma falta de clareza em apontar um conjunto de valores aos partidos. No caso dos *catch-all parties*, como o próprio nome sugere, quase nenhum nicho ideológico é desconsiderado no cálculo eleitoral, deste modo a suavização do discurso classista (Kirchheimer, 1966) poderia levar a uma aproximação ideológica de todas as legendas, como bem parece ser o caso brasileiro.

Além da classificação das legendas, a própria autoclassificação ideológica das pessoas serve como uma referência importante quando o assunto é ideologia. Quando relacionamos o voto com a autoclassificação, podemos perceber como elas se situam na disputa político-ideológica. Desse modo, a seguir, reunimos as pessoas que votaram em membros da oposição e membros do governo em 2002 e 2006 para deputado federal.

Tabela 2. Autoclassificação ideológica entre eleitores de partidos governistas e de oposição na Câmara dos Deputados entre 2002, 2006 e 2010¹⁵

Autoclassificação ideológica					
2002		2006		2010	
Partidos da base aliada FHC	Partidos da oposição	Partidos da base aliada Lula	Partidos da oposição	Partidos da base aliada Lula	Partidos da oposição
5,59	3,71	5,58	6,25	6,21	6,77
n 478	n 245	n 82	n 49	n 306	n 93

Fonte: Eseb 2002, 2006 e 2010.

Em 2002, é notável a ampla correspondência entre o que a literatura de ciência política entende entre as respectivas classificações ideológicas dos partidos com a autoclassificação de quem vota nestas organizações. Aqueles que votaram em partidos aliados ao Executivo se posicionam em média no ponto 5,59, enquanto cidadãos que votam na oposição colocam-se entre 3,71 na média. Desse modo, podemos dizer que os eleitores dos deputados federais situacionistas se dizem de centro, porém, mais próximos da direita, já eleitores que votaram em candidatos da oposição ao FHC situam-se em uma posição de esquerda. Na verdade, em relação ao voto da oposição, a autoclassificação poderia ser considerada perfeita do ponto de vista da correspondência com a ciência política, pois abrange partidos de esquerda (PT, PSB e PC do B), mas também abrange o PDT, que já era considerado de centro-esquerda por parte da literatura (Mainwaring, 2001).

Em 2006, o fato que chama atenção é quase o mesmo ponto médio daqueles que votaram em partidos governistas de Lula e em partidos governistas de FHC em 2002 (5,59 a 5,58). Destarte, entre os mandantes de partidos governistas na eleição para Câmara dos Deputados não há diferença no ponto médio, entre 2002 e 2006, da autoclassificação ideológica. Quem votou em alguma das legendas de oposição (PSDB, PFL, PDT) se

¹⁵ Foram considerados base de governo, em 2002: PSDB, PFL, PMDB e PPB. Os partidos de oposição foram: PT, PDT, PSB e PC do B. Em 2006, foram considerados base de sustentação do governo Lula: PT, PSB, PC do B, PV (Partido Verde), PTB, PMDB, PP, PRB (Partido Republicano Brasileiro) e PL e as legendas principais de oposição foram: PSDB, PFL, PDT. Em 2010 a única diferença é a saída do PDT da oposição para a base de sustentação do governo Lula. A escala ideológica varia de 0 (extrema esquerda) a 10 (extrema direita).

classificou como pertencendo ao campo da direita, embora não muito longe do centro. Como a maioria dos mandantes oposicionistas votou no PFL e PSDB, eles “puxam” a média de respostas, no entanto, há de observar o baixo *n*, um limite da amostra desta tabela, que pode aumentar as margens de erro.

Em 2010, assim como já havia ocorrido em 2006, há nova aproximação entre as médias de governistas e situacionistas. Enquanto a diferença das médias em 2002 chega a 1,88, em 2006 ela passa a 0,67 e em 2010 fica em 0,56. É interessante perceber que os eleitores que votaram em deputados federais de partidos de sustentação do governo petista se qualificam em média como pertencendo ao campo da direita, embora não longe do centro. Os eleitores que votaram em deputados da oposição a cada eleição se posicionam mais à direita do espectro político.

Houve uma grande diferenciação no período entre as três eleições. A inclusão de uma base tão heterogênea na coalizão governamental de Lula contribuiu para uma mudança na autoclassificação das pessoas que votaram em deputados federais que outrora eram oposição e em 2006 e 2010 situação. Se antes havia uma sobreposição entre votar no governo e ser de centro-direita e votar na oposição e ser de esquerda, nas eleições subsequentes, não há, entre os entrevistados, alguma posição ideológica única que corresponda ao voto para governista ou oposicionista.

A posição ideológica dos cidadãos também pode ser relacionada com o voto presidencial. Poderíamos averiguar se houve mudanças relevantes no que tange aos períodos 2002, 2006 e 2010. Assim, a tabela a seguir, avalia o autoposicionamento dos eleitores que votaram no governo, em 2002, representados pela figura de José Serra (PSDB), e o autoposicionamento daquelas pessoas que votaram em candidatos da oposição: Lula (PT), Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS). Na eleição subsequente, o candidato governista é Lula (PT) e a oposição é composta por: Geraldo Alckmin (PSDB), Heloísa Helena (PSOL – Partido Socialismo e Liberdade) e Cristovam Buarque (PDT). Em 2010, a candidatura governista é Dilma (PT) e a oposição é composta por: José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV).¹⁶

¹⁶ Na eleição de 2002 o resultado da votação do primeiro turno ficou assim: Lula (46%), Serra (23%), Garotinho (17%) e Ciro Gomes (11%). Em 2006: Lula (48%), Alckmin (41%), Heloísa Helena (6%) e Cristovam Buarque (2%). Em 2010: Dilma (47%), Serra (33%) e Marina (19%) (TSE).

Tabela 3. Autoclassificação ideológica entre eleitores dos principais presidenciais governistas e de oposição 2002, 2006 e 2010¹⁷

Autoclassificação ideológica					
2002		2006		2010	
Governo (PSDB)	Oposição (PT, PSB e PPS)	Governo (PT)	Oposição (PSDB, PDT e PSOL)	Governo (PT)	Oposição (PSDB e PV)
6,15 n 374	4,75 n 1222	5,86 n 321	6,06 n 178	6,13 n 483	6,62 n 510

Fonte: Eseb 2002, 2006 e 2010.

A eleição de 2002 tem uma clara distinção ideológica entre os eleitores de Serra e os concorrentes. Enquanto os cidadãos que votaram em José Serra, candidato governista, se posicionavam, em média, em uma posição de centro-direita, os eleitores que votaram em candidatos de oposição se situam em uma posição de centro, com uma leve inclinação à esquerda. Naquela eleição, então, havia dois grupos bem diferenciados de eleitores em relação ao posicionamento ideológico.

Na eleição de 2006, há uma forte força centrípeta que aproxima os dois grupos de eleitores. Enquanto na eleição anterior a diferença entre as médias das respostas era de 1,4, na reeleição de Lula esta diferença atinge apenas 0,2. Ainda que os eleitores da oposição, puxados principalmente pela candidatura Alckmim, estejam mais à direita do espectro político do que aqueles que votaram em Lula, os cidadãos que votaram pela continuidade do então presidente petista não se consideram mais à centro-esquerda como em 2002, e sim como pertencendo ao campo da centro-direita.

Na eleição de 2010, existe certo afastamento entre o grupo de eleitores, com uma diferença de 0,49, ainda consideravelmente menor do que a de 2002. Os eleitores de Dilma se situam no campo da direita, próximo ao centro, e os de oposição mais à direita. É visível o crescimento à direita do eleitorado, o que, após oito anos de um governo petista possa ser paradoxal. Do ponto de vista da esquerda, é visível a falta de uma oposição considerável à esquerda. Em 2006 PSOL e PDT juntos fizeram 8% dos votos entre os presidenciais já em 2010 candidatos do PSOL, PCB,¹⁸ PSTU¹⁹ e PCO²⁰ reunidos não fizeram nem 2% (TSE). A Tabela 3 pode indicar, então, espaço para que uma alternativa à

¹⁷ A escala ideológica varia de 0 (extrema esquerda) a 10 (extrema direita).

¹⁸ PCB: Partido Comunista Brasileiro.

¹⁹ PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

²⁰ PCO: Partido da Causa Operária.

esquerda do governo petista surja. Ao nosso entender, ainda não há nenhuma manifestação de que possa existir uma alternativa partidária consistente à esquerda na eleição de 2014.

Das Tabelas 1 a 3 é perceptível a nítida mudança de classificação ideológica das legendas e da autoclassificação das pessoas em relação ao seu voto. Se antes a percepção pública era uma sobreposição entre ser de oposição e ser de esquerda, ela se perde por completo em 2006 e 2010. Não há “erro” nisto, uma vez que a oposição ao governo Lula era formada, principalmente, por partidos de centro-direita. O que nos parece mais claramente nestas tabelas é uma forte tendência de crescimento à direita dos eleitores de governo e de oposição. Os oito anos de FHC favoreceram uma construção de um discurso de contraposição e de esquerda pelo lado da oposição; já Lula, ao assumir a Presidência da República optou por incorporar organizações partidárias não só opostas programaticamente ao seu partido, mas que compunham o governo anterior no qual faziam oposição.

A mudança em termos de autoclassificação ideológica das pessoas pode estar relacionada a uma transformação na burocracia partidária. No caso dos partidos atuais não existe mais aquela figura central chamada militante como houvera na era das organizações de massa (Duverger, 1970). Tal militante era um importante intermediário na concessão de incentivos coletivos (ideologia e identidade) na acepção de Panebianco (2005). Carreiristas, ou profissionais partidários, mais preocupados com outras formas de incentivos como carreira, status e dinheiro retiram a possibilidade de ênfase na ideologia para obter votos.

A limitação do uso da ideologia na conquista de votos pode ser reforçada quando avaliamos rápidas mudanças em termos de autoposicionamento ideológico na segunda e terceira tabela. Ainda que outras pesquisas tivessem de ser realizadas e outros dados (como grupos focais) agregados, o entendimento de ideologia das pessoas parece ser muito volátil, bem como sua decisão eleitoral, o chamado eleitorado de opinião que Manin (1995) concebe na ideia de democracia do público. A compreensão ideológica entre o ser de direita e ser de esquerda envolve um conjunto normativo de questões e envolveria mais espaço do que o presente artigo pretende.

Para Mair (2003) as funções representativas dos partidos estão em declínio e conjuntamente com isso, partidos expressivos ideologicamente também ficaram mais escassos. Cada vez mais, segundo o autor, partidos assumem funções processuais, como governar, por exemplo. Assim, o voto fica cada vez mais pragmático, mais instrumental, onde o bom administrador, o bom gerente, é o mais votado. Destarte, o vínculo entre ideologia e partidos

perde cada vez mais o sentido para o autor. Se as ideologias partidárias perderam completamente seu sentido é algo que não podemos identificar com nossos dados, no entanto, é visível certa aproximação de todos os partidos em termos ideológicos, além de alta volatilidade da autoclassificação das pessoas.

Conclusão

Como dissemos anteriormente, não existe a possibilidade de que possamos enquadrar o sistema partidário em um contexto como o dos partidos de massa (Duverger, 1970). Os sistemas partidários atuais não mais são estruturados a partir de clivagens sociais como havia antes da segunda guerra mundial no contexto europeu (Lipset; Rokkan, 1967), assim, elementos como a ideologia, tão centrais em uma época, já não formam o núcleo do discurso dos partidos (Kirchheimer, 1966). O fim da democracia de partido em um sentido clássico não significa um impedimento para o desenvolvimento das poliarquias, significa, isto sim, um novo modo de entendermos a relação entre organizações partidárias e os eleitores (Manin, 1995).

No Brasil, as legendas nunca tiveram grande vínculo social (Mainwaring, 2001). Sejam *catch-all parties* ou partidos cartéis o fato é que sempre houve uma falta de um conteúdo programático mais profundo entre os eleitores e as agremiações. O PT, antes mesmo da eleição de Lula em 2002, já havia sinalizado uma mudança em termos ideológicos ao coligar-se com partidos que estavam ao centro e à direita do espectro ideológico (Krause; Godoi, 2010). Neste sentido, o governo Lula seria extremamente importante para saber se, realmente, a ideologia petista foi alterada significativamente.

Como mostramos em nossos dados, a opção do governo petista em chamar para compor a coalizão organizações de centro e de direita alterou a percepção eleitoral em relação às legendas. Ao incorporar partidos como PMDB, PP, PTB e PL o governo Lula conseguiu obter um menor custo de aprovação de agenda governamental do que se tivesse optado por realizar um governo de minoria. Todavia, esta coalizão heterogênea retirou do governo uma possibilidade de um conteúdo ideológico mais claro situado à esquerda.

Os próprios eleitores de partidos que anteriormente eram de oposição e posteriormente viraram governo alteraram sua percepção ideológica sobre si mesmos. A tabela três demonstra isto, nos quais os eleitores da oposição à candidatura governista em 2002 estavam situados em campo de centro-esquerda e, em 2006, estes eleitores situavam-se basicamente na centro-direita. Além disso, em 2010, é visível a aproximação de eleitores do governo petista para o campo da direita.

Este artigo procurou apurar se houve mudanças significativas ideológicas após a eleição de um partido de esquerda para a Presidência da República. Acreditamos que a opção de formar uma coalizão tão heterogênea por parte de Lula tenha contribuído para que a percepção de boa parte dos eleitores tenha sido modificada em relação aos partidos e suas ideologias. Se as legendas ainda possuem ideologias distintas, elas parecem não estar demonstrando isto de forma nítida aos representados, fortalecendo a ideia de que nossas organizações estejam situadas no que a ciência política entende como “partidos pega-tudo”.

Referências

- AMORIM NETO, Octávio. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- AVELAR, Lúcia; WALTER, Maria Inez. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 96-122, 2008.
- BAQUERO, Marcello. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006), *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 231-259, 2007.
- BARTOLINI, Stefano. *The political mobilization of the european left, 1860-1980: the class cleavage*. Cambridge University Press, 2000.
- CARREIRÃO, Yan. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006, *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Editora da USP, 1999 [1956].
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- HUNTER, Wendy. Corrupção no Partido dos Trabalhadores: o dilema do “sistema”. In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy. *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter. Party organization, party democracy, and the emergence of the cartel party. In: MAIR, Peter. *Party system change*. Clarendon Press Oxford, 1997.
- KERBAUY, Maria. Associativismo e comportamento eleitoral na eleição de 2002. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 254-267, 2004.
- KINZO, Maria. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001.
- _____. Os Partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65 -81, 2005.
- _____. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.
- KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the western european party systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political parties and political development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Paulo. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana.; DANTAS, Humberto.; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

LAPALOMBARA, Joseph. Reflections on political parties and political development, four decades later. *Party Politics*, v. 13, n. 2, p. 141-154, 2007.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In: LIPSET Seymour; ROKKAN, Stein. *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, Lisboa, v. 28, n. 167, p. 277-293, 2003.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 5-34, 1995.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Eleições e representação, *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006.

MARENCO, André. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 69-83, 2001.

MELO, Carlos. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MORITZ, Maria. *Vozes da oposição: os partidos de esquerda e o primeiro governo Fernando Henrique (1995-1999)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

NICOLAU, Jairo. Lista Aberta, Lista Fechada. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (Orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria; PIMENTEL JR., Jairo. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 388-408, 2007.

PAIVA, Denise; TAROUÇO, Gabriela. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 426-451, 2011.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Carlos; MULLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.

PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy; RAILE, Eric. Presidencialismo de coalizão e recompensas paralelas: explicando o escândalo do mensalão. In: RENNÓ, Lúcio; INACIO, Magna. *Legislativo brasileiro em perspectiva Comparada*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

PERES, Paulo. Sistema partidário e instabilidade eleitoral no Brasil. In: PINTO, Céli; MARENCO, André (Orgs.). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

POWELL, Bingham. *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. Londres: Yale University Press, 2000.

RANULFO, Carlos; NUNES, Felipe. Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Nunes. In: RENNÓ, Lúcio; INACIO, Magna (Orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

REBELLO, Maurício. A relação Executivo-Legislativo e a sua influência na migração partidária. In: Democracia em debate. *Seminário Nacional de Ciência Política da Ufrgs*, Porto Alegre. Nova Prova, v. 1, 2008.

RODRIGUES, Leônicio. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SANTOS, Fabiano. Em defesa do presidencialismo de coalizão. In: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lúcio. (Orgs.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora de Brasília, 1986.

VEIGA, Luciana. O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 400-425, 2011.

Data de recebimento: 10/07/2011

Data de aprovação: 20/11/2011